

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento para a contratação de pessoa física para prestação de serviços médicos clínico geral e especializados para atender a Policlínica Municipal, Equipe Ribeirinha, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Unidades Básicas de Saúde – UBS, por um período de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Augusto Corrêa /PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ÁREA	C.H.	PREVISÃO DE VAGA IMEDIATAS	VALOR
1	MEDICO -CLINICO GERAL	SEDE	20/HS	3	R\$ 6.119,17
2	CLINICO GERAL-MEDICO DA ESTRATÉGIA DA FAMILIA	SEDE OU RURAL	20h/s	10	R\$ 13.623,64
3	MEDICO -CLINICO GERAL COM ATEDIMENTO DE TRANSFERENCIA, ACOLHIMENTO E SUPORTE EM GRANDE EVENTOS	SEDE	40hs + Diárias adicionais por atendimento	3	R\$ 13.623,64 + R\$ 900,00 P/ Diária
4	PEDIATRA	SEDE	20 Hs	2	R\$ 13.623,64
5	GINECOLOGISTA	SEDE	30 HS	1	R\$ 10.000,00
6	GINECOLOGISTA	SEDE	20 HS	1	R\$ 9.082,43
7	MEDICO RADIOLOGISTA	SEDE	30 HS	1	R\$ 15.800,95
8	MEDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA	SEDE	20 HS	1	R\$ 16.119,47
9	NEUROLOGISTA	SEDE	20HS	1	R\$ 11.304,65
10	GASTRO	SEDE	20 HS	1	R\$ 16.193,68
11	MEDICO ULTRASSOM	SEDE	30 HS	1	R\$ 12.240,77
12	ORTOPEDISTA	SEDE	20 HS	1	R\$ 7.026,00
13	MEDICO VETERINARIO	SEDE	40 HS	1	R\$ 3.000,00

2.1 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PRÉ-REQUISITOS

CNPJ: 12.381.567/0001-34

2.1.1. ATRIBUIÇÕES DE CARGOS: Clinicar e medicar pacientes; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; Acompanhar pacientes nas transferências a capital do estado e cidades fora da região, além de prestar suporte médico em grandes eventos como campeonatos, feira da cultura, carnaval, garota verão entre outros, executar também outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CRM).

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente solicitação de contratação de pessoa física para prestação de serviços médicos clínico geral e especializados para atender a Policlínica Municipal, Equipe Ribeirinha, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Unidades Básicas de Saúde – UBS, por um período de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Augusto Corrêa /PA, em obediência ao dever do Estado em garantir a qualidade de vida e a saúde de seus cidadãos.

3.2. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de:

- I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos,

CNPJ: 12.381.567/0001-34

individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

3.3. Justifica-se, portanto, a contratação de pessoa física apta à prestação de serviços em saúde, incluindo consultas, procedimentos diversos, com o objetivo de ampliar o acesso, a qualidade e a eficiência dos cuidados disponibilizados à população do município de Augusto Corrêa/PA. Tal medida atenda a múltiplas necessidades e desafios enfrentados pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito local, conforme descrito a seguir:

3.4. **Ampliação do acesso aos serviços em saúde:** A contratação visa reduzir barreiras geográficas e socioeconômicas ao atendimento, disponibilizando serviços diretamente no município e diminuindo a necessidade de deslocamento para outras cidades, especialmente por parte de populações vulneráveis.

3.5. **Resposta mais ágil e eficiente às demandas existentes:** Com o fortalecimento da capacidade assistencial local, será possível atender com mais presteza à demanda reprimida, garantindo uma abordagem integral e resolutiva desde a atenção básica até os atendimentos especializados, inclusive em situações de maior complexidade.

3.6. **Qualificação do padrão de atendimento:** A contratação permitirá estabelecer critérios de qualidade e desempenho para os prestadores de serviços em saúde, assegurando que a população receba cuidados seguros, humanizados e tecnicamente adequados, em conformidade com os princípios do SUS.

3.7. **Racionalização dos recursos públicos:** A prestação de serviços por meio de profissionais contratados, em vez da contratação direta via concurso ou regime estatutário, representa uma alternativa economicamente vantajosa, reduzindo encargos administrativos e trabalhistas, e otimizando os recursos públicos.

3.8. **Redução das desigualdades em saúde:** Ao garantir a oferta de serviços em saúde com equidade, a iniciativa contribui para a superação das desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde, assegurando o direito constitucional à saúde para toda a população.

3.9. Diante desse cenário, a contratação de profissionais para a execução de serviços em saúde configura-se como uma medida necessária e estratégica por parte da Secretaria

CNPJ: 12.381.567/0001-34

Municipal de Saúde (SEMSA), promovendo a ampliação da cobertura assistencial, o aperfeiçoamento da gestão dos recursos e a melhoria contínua dos indicadores de saúde no município. Tal iniciativa está plenamente alinhada com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

3.10. A atenção à saúde deve ter como base a oferta contínua e organizada de serviços qualificados aos usuários, observando a lógica de regionalização, hierarquização e humanização da assistência. A cadeia assistencial engloba desde a atenção primária até os atendimentos de média e alta complexidade, os quais devem estar acessíveis a todos os cidadãos. Por esse motivo, a SEMSA tem investido em ações e estratégias voltadas à expansão, qualificação e dinamização da rede de atenção, reafirmando seu compromisso com a transformação social por meio da saúde pública.

3.11. Além disso, a proposta de operacionalização descentralizada dos serviços permitirá à SEMSA enfrentar entraves estruturais e operacionais que limitam a capacidade de resposta da administração pública, como a escassez de profissionais especializados e a sobrecarga dos serviços já existentes. Com isso, será possível ampliar a resolutividade da rede municipal de saúde e garantir maior proteção à vida.

3.12. Portanto, a contratação ora proposta configura-se como uma estratégia essencial para que o Município de Augusto Corrêa expanda e qualifique a oferta de serviços em saúde, promovendo maior acessibilidade, abrangência e eficiência no atendimento das necessidades da população local, consolidando-se como peça fundamental para o fortalecimento de um sistema público de saúde eficaz, inclusivo e sustentável.

3.13. Considerando a falta de profissionais da área de saúde e insuficiência de profissionais no quadro efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, para atender os locais abaixo nominados:

➤ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- ✓ Policlínica Municipal;
- ✓ CAPS I Augusto Corrêa;
- ✓ Vigilância em Saúde-VISA;
- ✓ Postos de Saúde-ZONA URBANA:

o Unidade Saúde da Família Augusto Corrêa;

CNPJ: 12.381.567/0001-34

- o Unidade Saúde da Família Lírios do Vale;
- o Unidade Saúde da Família Cidade Nova I e II;
- o Unidade Saúde da Família São Benedito;
- o Unidade Saúde da Família São João Batista;
- o Unidade Saúde da Família Pratiacú;
- ✓ Postos de Saúde-ZONA RURAL:
 - o Unidade Saúde da Família do Patal I e II;
 - o Unidade Saúde da Família da Vila Nova;
 - o Posto de Saúde Anoerá;
 - o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Perimirim;
 - o Unidade Saúde da Família do Vila Verde;
 - o Unidade Saúde da Família do Santa Maria do Açaizal;
 - o Unidade Saúde da Família do Trevinho;
 - o Unidade Saúde da Família do Buçú;
 - o Posto de Saúde Maranhãozinho;
 - o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Araí;
 - o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Nova Olinda I;
 - o Unidade Saúde da Família do Nova Olinda I;
 - o Unidade Saúde da Travessa do dez;
 - o Posto de Saúde São Luiz do Apió;
 - o Unidade Saúde da Família do Aturiaí I;
 - o Unidade Saúde da Família do Aturiaí II;
 - o Unidade Saúde da Família do Itapixuna;
 - o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Zé Castor.

3.14. Informo ainda que foi feito levantamento dos serviços solicitados, em relação aos profissionais técnicos, em quantitativos necessários para suprir suas demandas diárias e emergências, conforme se verifica na Planilha de Profissionais, Carga Horária, Números de Vagas e Remuneração que segue.

3.15. Diante ao exposto solicitamos a referida contratação para a prestação de serviços de profissionais da área de saúde, conforme Planilha acima.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente o art. 74, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021 e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

5.1. Em consonância com os dispositivos legais, o objeto proposto deste Termo de Referência trata-se de serviço de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade credenciamento.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. Os serviços médicos, de acordo com cada especialidade, serão executados nos locais pré-determinados pela Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa, de acordo com as necessidades de profissionais especialistas dispostos neste termo de referência, e especificações constantes da Planilha de Profissionais, Carga Horária, Números de Vagas e Remuneração.

6.2. Todos os profissionais Credenciados e contratos deverão, na execução dos serviços a serem prestados, proporcionar tratamento condigno aos usuários do SUS, com os ditames dos respectivos Conselhos de Classe, e voltados ao respeito da dignidade humana e o direito de todo o cidadão ao acesso a saúde pública.

5.3. Todos os profissionais Credenciados e contratados deverão, na execução dos serviços a serem prestados, respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal, devendo sempre que diante deste tipo de situação, fazer a documentação necessária para resguardar eventuais responsabilidades.

6.4. Todos os profissionais credenciados e contratados deverão, na execução dos serviços a serem prestados, fazer uso do sistema informatizado do município, para registro de atendimentos realizados, prescrições, prontuários, etc., de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do SUS.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

6.5. Quando realizar encaminhamentos dos pacientes, o responsável pelo atendimento, deverá encaminhar toda a documentação necessária e suficiente para atender todas as normas vigentes da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive realizando contato telefônico prévio com a Instituição encaminhada para certificação do atendimento.

6.6. Todos os profissionais contratados deverão dispor de capacidade técnica para a realização de todos os serviços credenciados.

6.7. Todos os Credenciados devem estar registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

6.8. Todos os Credenciados devem submeter-se a avaliações sistemáticas pela gestão do SUS.

6.9. Todos os Credenciados devem submeter-se à regulação instituída pelo Gestor Municipal.

6.10. Todos os Credenciados obrigam-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com o ente federativo contratante.

6.11. Todos os Credenciados devem submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e seus componentes, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, quando solicitado.

6.12. Todos os Credenciados devem cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente.

6.13. Os procedimentos de consultas e avaliações clínicas, será de acordo com as necessidades e a emissão das Autorizações emitidas pelo Complexo Regulador de Augusto Corrêa/PA.

6.14. O Credenciado contratado não poderá, em hipótese alguma, cobrar diferença de valores dos beneficiários do atendimento, bem como, solicitar que este assine nota, fatura ou guia de atendimento em branco.

6.15. O horário de execução dos serviços deverá obedecer às normas internas da unidade Contratante.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

6.16. Os serviços serão prestados por profissionais habilitados, especialistas e regularmente inscritos no Conselho de classe profissional tipo COREN, CRO, CREFITO, COFEN, CREFI e outros respectivo a formação profissional, dentro dos padrões de aceitabilidade e das normas técnicas referentes ao tipo de serviço, a todos os pacientes que procurarem pelo serviço de saúde municipal, na área Atenção Básica e de Urgência e Emergência, independentemente da categoria social do paciente/usuário, constituindo este, o alvo de toda atenção, em cujo benefício deve agir com zelo, respeito e o máximo de sua capacidade profissional, mantendo o mais elevado padrão de atendimento.

6.17. Os profissionais técnicos, na execução dos serviços, deverão estar cientes da obrigatoriedade do preenchimento de documentos da Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa, como fichas do SUS, fichas de encaminhamento, atestado de óbito, notificações e agravos e outros documentos pertinentes aos serviços.

7. GERENCIAMENTO RESPONSÁVEL, HORÁRIO E LOCAL

7.1. A Secretaria Municipal de Saúde que, prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível de segunda a sexta – feira, das 7:30 às 13:30 horas e entre as 14:00h às 18:00h, localizado na avenida João Batista Monteiro S/N, Bairro São Miguel – Augusto Corrêa/PA, CNPJ 12381567/0001-34, CEP 68.610-000.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até a 30 (trinta) dias, contados após a realização dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente e acompanhada da regularidade fiscal;

8.2. A nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CPF ou CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CPF ou CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

CNPJ: 12.381.567/0001-34

8.3. O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a resolução da causa ensejadora do impedimento;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista.

8.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela administração o valor de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do seu vencimento até o efetivo adimplimento da parcela, em que juros de mora serão calculados à taxa de 0,5 (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.7. O valor dos encargos é calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

9. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.1. A ordem de convocação dos profissionais credenciados para prestação dos serviços será definida com base na pontuação técnica atribuída conforme os critérios estabelecidos neste TERMO DE REFERENCIA. O sistema de pontuação visa garantir a melhor distribuição dos serviços públicos, respeitando-se os princípios da isonomia, impessoalidade, transparência e eficiência. Todos os profissionais credenciados permanecerão aptos a serem chamados, mesmo que não estejam nas primeiras colocações.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

9.1.2. A pontuação técnica será medica da seguinte forma:

Critério	Pontuação Máxima
Tempo de experiência comprovada na área	3 pontos
Titulação acadêmica (especialização, mestrado etc.)	2 pontos
Cursos de capacitação e atualização	1,5 pontos
Disponibilidade de horários e plantões	2 pontos
Residência no município ou região próxima	1 pontos
Apresentação completa e correta da documentação	0,5 pontos

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DE PESSOA FÍSICA:

9.2. Habilitação Jurídica e Profissional

- Documento de identidade e CPF;
- Comprovante de inscrição e regularidade no respectivo conselho de classe profissional (ex.: COREN, CRO, CREFITO);
- Declaração de que não ocupa cargo público incompatível com a prestação dos serviços contratados;
- Comprovante de residência.

9.3. Habilitação Técnica

- Currículo atualizado com comprovação de experiência profissional mínima;
- Atestados ou declarações de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou privados;
- Certificados de cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação;
- Declaração de ciência das normas éticas, técnicas e sanitárias aplicáveis.
- Cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;
- Certidão de antecedentes criminais;

9.4. Capacidade Econômico-Financeira (Simplificada)

- Declaração de capacidade de arcar com os encargos decorrentes da prestação dos serviços;
- Autorização para recebimento em conta corrente própria e comprovante bancário ativo

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

10.1. Deverá encaminhar proposta de preços com a descrição do objeto e o preço apresentando o valor unitário e total de acordo o termo de referência.

10.2. Na Proposta de Preços, a proponente deverá incluir todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e contribuições parafiscais).

10.3. Proposta apresenta as características da execução do objeto e possui, uma validade durante a qual o profissional está obrigado a cumpri-la.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

11.1. É obrigação da CONTRATADA manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução contratual.

11.2. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço, todos os esclarecimentos que por ele forem solicitados, cujas reclamações referentes à execução contratual se obriga prontamente a atender.

11.3. A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários ao pleno atendimento das demandas.

11.4. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do Contrato;

11.5. Implementar rigorosa gerência de contrato com observância a todas as disposições constantes deste Termo de Referência;

11.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, de acordo com Lei 14.133/21, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições estipuladas no presente Termo de Referência, sem que caiba à CONTRATADA qualquer reclamação;

11.7. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;

11.8. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

11.9. Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário

CNPJ: 12.381.567/0001-34

- 11.10. Manter sempre a qualidade na prestação de serviço executado;
- 11.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário;
- 11.12. Prestar os serviços, objeto deste credenciamento, respeitando os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, de garantia e facilitação do acesso descentralizado aos usuários do SUS;
- 11.13. Esclarecer aos pacientes e familiares/responsáveis sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 11.14. Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da Secretaria de Saúde;
- 11.15. Justificar a CONTRATANTE ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste Termo de Referência;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução e todas as suas etapas, registrando as ocorrências, bem como realizar visitas técnica às instalações da CONTRATADA orientadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 12.2. Pagar o valor devido no prazo ajustado;
- 12.3. Atestar o recebimento dos objetos contratados, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA.
- 12.4. Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato, conforme ajustado.
- 12.5. A Contratante deverá comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade apresentada.
- 12.6. Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas.
- 12.7. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.
- 12.8. Exercer a fiscalização do contrato através do fiscal designado, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução, e que de tudo dará ciência à administração da CONTRATANTE.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

12.9. Da Responsabilidade da Contratante quanto aos Descontos por Inadimplemento Parcial:

12.9.1. Nos termos da legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido que compete à Contratante realizar, por ocasião do vencimento e pagamento das obrigações contratuais, o desconto proporcional relativo a eventuais faltas, ausências injustificadas, interrupções na prestação dos serviços ou inadimplemento parcial por parte da contratada, devidamente constatados e formalizados pelos meios adequados de fiscalização contratual.

12.9.2. O desconto incidirá sobre o valor correspondente ao período ou à parcela do serviço não executado, observando-se os critérios de proporcionalidade, economicidade e interesse público. Tal procedimento não configura penalidade contratual, mas mera compensação pela não prestação do serviço pactuado, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas previstas no contrato ou na legislação vigente, quando for o caso.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Os serviços a serem prestados serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidores designados pela Secretaria de Saúde;

13.2. A Fiscalização exercida no interesse da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

13.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais.

13.4. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

13.5. Os representantes da administração, Jackson Reis Brito, Matrícula: 321323-7 - FISCAL TITULAR; Lenon de Brito Rodrigues, MATRICULA Nº 321227-0 - FISCAL SUBSTITUTO, anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

- **Fonte orçamentária: 1101 Fundo Municipal de Saúde.**

Dotação Orçamentária: 10 302 0024 2.087 - Manutenção do MAC

Dotação Orçamentária: 1101.10 301 0016 2.072 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FUS

Dotação Orçamentária: 2.078 Manutenção do Programa de Atenção Básica PAP

Classificação econômica: 3.3.90.36.00 Outros serv. de terc. pessoa física

Subelemento 3.3.90.36.06 Serv. Técnicos profissionais

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. Garantido o exercício, no prazo de 5 (cinco) dias, do direito ao contraditório e à ampla defesa, fica o contratado sujeito às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumulativas:

15.1.1. A inexecução total ou parcial do contrato, sujeita o contratado garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumulativas:

15.1.2. advertência;

15.1.3. multa de mora 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do contrato;

15.1.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.1.5. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2. Caberá ao Ordenador de Despesa, após o devido processo legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela aplicação da sanção administrativa cabível.

15.3. Na hipótese da sanção prevista no item 15.1.5, será facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

15.4. As sanções previstas nos itens 15.1.3.e 15.1.4, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

15.4.4. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Os casos omissos no Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/21, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas pelos órgãos supracitados ou a quem eles designarem, no endereço constante neste Termo de Referência;

16.2. A Administração poderá revogar a licitação ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiro;

16.3. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelo serviço a ser contratado;

16.4. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Augusto Corrêa, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças

17. DATA LOCAL E ASSINATURA

17.1 Augusto Corrêa, 02 de junho de 2025.

GELZICLENE NOGUEIRA DA PENHA ARAÚJO

Secretária Municipal de Saúde

Decreto 004/2025